

EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Maria Cristina Campos de Sousa Faria
Instituto Politécnico de Beja
mfaria@ipbeja.pt

Resumo

Os cidadãos do início do século XXI têm sido expostos a uma multiplicidade acelerada de situações difíceis de vida que põem em perigo a sua saúde mental e a sua integridade física. A violência, o desemprego, a crise económica e social, as ameaças de pandemias, a sinistralidade, o cancro, os consumos, o stresse da vida quotidiana destacam-se como agentes perturbadores do bem-estar subjectivo e da qualidade de vida dos indivíduos de uma comunidade. Então, como sair de uma situação de precariedade e como desenvolver competências para a enfrentar? O *empowerment* comunitário enquanto elo de ligação à comunidade possibilita uma melhor compreensão das pessoas e dos seus contextos surgindo como um caminho para encontrar respostas concretas aos problemas. O empreendedorismo educacional possibilita o desenvolvimento de competências e atitudes que permitem delinear estratégias num contexto identificado, conduzindo a uma aprendizagem de repensar os problemas sobre um prisma diferente, abrindo as portas à inovação e ao incremento de uma motivação para empreender. O presente trabalho procura mostrar de que forma a promoção de uma educação para o empreendedorismo ao longo do ciclo de vida associada a uma intervenção psico-educativa dos cidadãos pode viabilizar o encontro de caminhos alternativos de sucesso e de bem-estar.

INTRODUÇÃO

Na multiplicidade de abordagens que nos podem surgir sobre a educação para o empreendedorismo e o desenvolvimento comunitário, destacamos neste trabalho três grandes áreas que se interligam com o tema proposto, são elas a Psicologia da Saúde, a Psicologia Comunitária e a Educação para a Sustentabilidade. Ao articular os contributos teóricos e práticos destes domínios do saber, do conhecimento e da acção deparamo-nos com um território onde se movimentam as várias gerações de humanos e onde estão presentes um conjunto de diversos profissionais que podem contribuir de forma significativa para a construção de estruturas viáveis de desenvolvimento económico, de progresso e de bem-estar individual e social. O empreendedorismo é geralmente compreendido como uma atitude mental, que engloba a motivação e a capacidade de um indivíduo, isolado ou integrado numa organização, para identificar uma oportunidade e para a concretizar com o objectivo de produzir um determinado valor ou resultado económico. Por conseguinte, surge como um processo dinâmico que tem inerente a concepção, percepção, planificação e realização de uma oportunidade de negócio, que

pressupõe o envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades, articulando com saber a criatividade, a inovação e a sustentabilidade. Por conseguinte, a aposta na construção de uma cultura empreendedora centrada no desenvolvimento comunitário valoriza um conjunto de saberes, em particular, do *saber fazer* e de *saber ser (com...)* susceptível de incutir em cada profissional, dos mais diversos contextos de trabalho, atitudes proactivas e comportamentos sustentáveis de confiança em si, determinação, desembaraço, esforço, espírito de equipa, iniciativa, motivação, perseverança, sentido da responsabilidade, solidariedade, resiliência, resolução de problemas, identificação de oportunidades, inovação e criatividade. Por conseguinte, educar o cidadão para o empreendedorismo associado ao desenvolvimento comunitário é uma tarefa que deve começar o mais cedo possível, o que quer dizer, que a escola é chamada a mais uma nova missão, a de preparar as novas gerações para o empreendedorismo, a sustentabilidade e a participação activa na comunidade. Nesta perspectiva, os professores deverão estar preparados para saber orientar os seus alunos para a sustentabilidade, proporcionando-lhes situações de desenvolvimento de competências pessoais e sociais, em particular para a tomada de decisão, e de aprendizagens activas, experienciais, colaborativas, direccionadas para a resolução de problemas (devidamente identificados), para a concretização de uma mudança positiva e para a construção do bem-estar para todos, seja a nível individual, local ou comunitário, regional e social.

PSICOLOGIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

A Psicologia da Saúde pode ser definida como uma área científica da Psicologia que se circunscreve à aplicação dos conhecimentos e das técnicas psicológicas à saúde, às doenças e aos cuidados de saúde, dedicando uma atenção especial às experiências, comportamentos e interações que os indivíduos vivenciam a longo do ciclo de vida. As tarefas realizadas no âmbito da Psicologia da Saúde assentam nas dimensões de promoção e manutenção da saúde e prevenção da doença e na fluência do conhecimento psicológico oriundo da psicologia clínica, psicologia comunitária, psicologia social e tratamento das doenças (Teixeira, 2004). Por conseguinte, o seu objectivo principal passa por compreender de que modo as intervenções psicológicas possibilitam o desenvolvimento do bem-estar dos indivíduos, dos grupos e das comunidades.

Neste sentido, são consideradas determinadas áreas, domínios e aspectos de avaliação em Psicologia da Saúde que se encontram demarcados aos estudos: da dor e comportamento de dor; do stresse; das emoções e acontecimentos de vida; dos processos de *coping*; do apoio social; do estado de saúde e qualidade de vida relacionada com a saúde; das doenças (cancro, diabetes, depressão, toxicodependências distúrbios alimentares; problemas mentais e comportamentais);

sintomas, alterações funcionais, reabilitação, expectativas; experiência e avaliação dos cuidados de saúde; diferenças individuais e demográficas; crenças acerca das causas das doenças; crenças e conhecimentos acerca das doenças e da saúde; e dos comportamento relacionado com a saúde. Um assunto que também tem merecido a atenção da Psicologia da Saúde é o constructo de bem-estar psicológico. Em conformidade com Ryff (1995; cit. Leite, Paúl, & Sequeiros, 2002) o bem-estar psicológico pode ser compreendido a partir das suas seis componentes distintas, que são: (1) ter uma atitude positiva perante si próprio e a sua vida passada (auto-aceitação); (2) ter metas e objectivos que confirmam significado à vida (objectivos de vida); (3) estar apto a lidar com as exigências complexas da vida diária (domínio ambiental); (4) ter um sentido de desenvolvimento contínuo e auto-realização (crescimento pessoal); (5) possuir vínculos de afecto e confiança com os outros (relações positivas com os outros); e (6) estar apto a seguir as suas próprias convicções (autonomia). A percepção de bem-estar subjectivo tem interessado de modo significativo os estudiosos proporcionando a proliferação dos estudos e publicações científicas (Faria, 2000; Ribeiro 2004) e influenciando a intervenção em áreas como a Psicologia da gravidez e da maternidade, Psicologia pediátrica, Psicologia oncológica, Psicologia dos cuidados de saúde primários, Psicologia Positiva, Promoção da Saúde e do Bem-estar das comunidades, e Psicologia Comunitária.

De um modo geral podemos dizer que a Psicologia Comunitária (PC) tem como principal objectivo zelar pela melhoria efectiva do bem-estar dos indivíduos e das populações, em particular das pessoas que se encontram em situações de maior vulnerabilidade social, que estão doentes ou têm a sua saúde em risco. Nos anos 80, Sarason apresentou esta disciplina profissional e científica como uma área que não se limita apenas ao estudo dos factos mas presta igual atenção às convicções e à consistência entre os valores e defende que a prática deve ser uma constante inquietação dos psicólogos comunitários; pelo que, afirma para um melhor esclarecimento da sua posição que *O conflito interno não será se têm a resposta certa mas se estão a ser consistentes com o que acreditam. A satisfação não virá do consenso dos colegas sobre se os seus procedimentos, factos e conclusões são independentes dos seus sentimentos e valores, mas da sua própria convicção de que tentaram ser leais com os seus valores.* (Sarason, 1986, 25-26; cit. Ornelas, 2008, 38). Alguns autores identificaram sete valores fundamentais da Psicologia Comunitária (Dalton, Elias & Wandersman, 2001; cit. Ornelas, 2008), são eles:

O bem-estar individual – A PC pensa o bem-estar dos membros da comunidade e de cada um por si como um valor a ser considerado. Estuda o bem-estar individual contextualizado, desde a saúde física e psicológica, às competências socioemocionais para manter a saúde e o bem-estar pessoal, ao desenvolvimento da identidade e às dinâmicas para atingir objectivos pessoais de realização. Procura compreender o bem-estar individual a partir do conhecimento do contexto

social e político, bem como os impactos das condições ambientais no comportamento. Assim, preocupa-se em desencadear em tempo oportuno uma intervenção contextualizada através de estratégias facilitadoras dos processos de ajustamento dos indivíduos permitindo organizar a prevenção de problemas sociais e de saúde mental e promover a construção de sociedades do bem-estar.

O sentimento de comunidade – Refere-se à percepção de pertença e de compromisso mútuo que liga os indivíduos numa unidade colectiva. Esta dimensão interessa à PC na medida que conhecendo as necessidades de pertença dos membros de uma comunidade ficamos a conhecer as relações que estes estabelecem entre si dando-lhe oportunidade de prevenir sentimentos de isolamento, solidão e alienação, permitindo combater a depressão e o risco de suicídio numa comunidade.

A justiça social – Refere-se às questões da igualdade e à distribuição dos recursos, oportunidades, participação e poder de uma forma justa e equitativa. A situação de desvantagem de alguns grupos sociais e o desenvolvimento de estratégias que possibilitem a mudança no sentido do *empowerment* e do bem-estar para todos é um campo de interesse da PC.

A participação cívica – Situa-se no domínio dos processos colaborativos da tomada de decisão de forma a permitir a manifestação do interesse e o envolvimento significativo dos membros de uma sociedade na ultrapassagem dos problemas que a afecta e na construção do bem-estar dos cidadãos e das comunidades. Neste sentido, a participação encontra-se ligada a um conceito essencial em PC o *empowerment*, definido aqui, enquanto *processo de mudança individual e colectiva, através do qual os indivíduos, as organizações e as comunidades desenvolvem uma maior consciência e reflexão crítica sobre o seu meio envolvente, adquirem o controlo sobre as suas vidas (Rappaport, 1984), sobre o funcionamento das suas organizações e sobre a sua qualidade de vida, aumentando assim a sua influência ao nível da definição das políticas sociais, económicas e ambientais que as afectam, bem como a forma como conduzem os processos de mudança. (Ornelas, 2008,42).*

A colaboração e o fortalecimento comunitário – É pedido aos profissionais que se comprometam a colaborar e a trabalhar com os seus parceiros comunitários para que se possa realizar uma intervenção devidamente planificada, mais abrangente e eficaz. A relação colaborativa envolve os participantes, promove o *empowerment* e, neste sentido, as comunidades ficam no final cada vez mais fortalecidas, protegidas, competentes e defensoras dos princípios democráticos.

O respeito pela diversidade humana – A PC surge associada ao respeito pela multiculturalidade considerando-a como um valor que permite uma melhor compreensão da riqueza da humanidade e das suas diferenças, expressas na variedade de linguagens,

conhecimentos, práticas, técnicas, comunidades e identidades sociais. O trabalho comunitário situa-se numa perspectiva ecológica que permita a compreensão das diferenças na construção de um ambiente de suporte social percebido e gratificante.

Fundamentação empírica – Na PC investigação só tem sentido se ela se encontrar ligada à acção, pelo que, é compreendida como um auxílio significativo para a organização da intervenção. Por conseguinte, ela é colocada numa perspectiva de utilidade, assim compreendida pelos investigadores e participantes, que se sentem unidos e implicados na construção do conhecimento, no desenvolvimento e na avaliação de programas, na implementação da mudança e na construção do bem-estar para todos.

Neste sentido, para a Psicologia Comunitária possa levar por diante a sua missão precisa de estar atenta aos entrelaçamentos que ocorrem entre dimensões como o envolvimento cívico, sentimento de comunidade, mecanismos de participação dos cidadãos, *empowerment* e liderança comunitária. Por conseguinte, uma planificação de uma intervenção preventiva só poderá ser bem sucedida se assentar as suas ideias de *empowerment* nos contextos comunitários, e se a coordenação das respostas aos problemas dos cidadãos partirem de processos colaborativos, onde todos se sintam responsáveis e implicados na acção da mudança. É por isso que, as Parcerias Comunitárias contribuem não só para a reflexão sobre a diversidade da comunidade como para a sua própria organização, desenvolvimento e inovação comunitária. As Parcerias Comunitárias têm sido relacionadas com a emergência do Capital Social, e a sua ligação surge como determinante porque as Parcerias Comunitárias podem constituir-se como *uma forma de operacionalizar e por em prática as potencialidades do capital social, orientando-o para a resolução de problemas concretos e fornecendo uma base de estruturação dos processos de mudança ancorados na comunidade*. (Ornelas & Moniz, 2007, 155). O desenvolvimento comunitário tem de ser perspectivado no real social e individual na sua forma relacional e vivencial como são percepcionados os problemas e as soluções e como são maximizados os recursos e o capital humano e social.

A partir das diferenças e das semelhanças que podemos encontrar nos objectivos e políticas do desenvolvimento podemos considerar cinco ideologias desse desenvolvimento (Ferrinho & Gonçalves, 1997): (1) as que são orientadas para o crescimento; (2) para o emprego; (3) para a anti-pobreza; (4) para necessidades básicas; e (5) uma ideologia integrada. A metodologia de acção para o Desenvolvimento Comunitário Integrado (DCI) é no dizer de Ferrinho & Gonçalves (1997, 444) *baseada na institucionalização de procedimentos sistemáticos para desenvolver e dar apoio à capacidade da comunidade, no sentido de melhorar o seu próprio funcionamento social. Os aspectos básicos desta metodologia são uma educação continuada e*

uma organização da própria comunidade. O sucesso desta metodologia será facilitado pela existência, ou evolução funcional, de instituições de mobilização e de instituições de apoio na comunidade. Estes dois tipos de instituições apresentadas pelos autores surgem como determinantes para a concretização e o avanço do DCI. Assim, as instituições mobilizadoras caracterizam-se por serem geralmente associações voluntárias que actuam a nível local ou comunitário e contribuem para a organização da população e para a sua educação continuada, de forma que os indivíduos se sintam envolvidos no processo de mudança social sem perder o sentido de uma identidade social própria. Ao organizar a população de uma comunidade podemos criar sinergias e dar força às pessoas para evitar a alienação dos indivíduos, assegurando a responsabilização e a participação activa da comunidade na resolução dos seus próprios problemas. As instituições de apoio caracterizam-se por disponibilizar recursos técnicos e materiais que a comunidade não tem, possibilitando á população decidir sobre a melhor forma de abordar as situações problema e adoptar atitudes inovadoras para a resolução dos problemas da sua comunidade.

Shinn (2007) chama a atenção para a relação, tantas vezes ignorada, entre as condições dos contextos de vizinhança e comunitários e a saúde mental e física, as oportunidades, os níveis de satisfação e o grau de envolvimento dos residentes, o sucesso escolar das crianças e o seu desenvolvimento e os problemas de comportamento. Assim, na perspectiva do autor os contextos funcionam como mediadores de processos individuais e familiares e existe por vezes a tendência para se minimizar os efeitos imediatos das situações sociais e valorizar de modo exponencial as consequências das predisposições individuais, pactuando com o erro fundamental da atribuição (Ross, 1977, cit. Shinn, 2007, 35) que leva ao empobrecimento das teorias e ao risco de falhar na resolução de problemas que são urgentes em solucionar. Por conseguinte, os estudos que se têm interessado sobre a relação entre as zonas de residência e a saúde mental, a saúde física, a violência, os maus tratos sobre as crianças, o insucesso escolar, a delinquência, a gravidez na adolescência, o desenvolvimento positivo de crianças e jovens, desemprego, promoção da saúde ao longo do ciclo de vida, prevenção dos riscos e qualidade de vida na saúde e na doença, os seus autores têm optado por modelos de análise mais complementares, mediadores e integradores, designados por modelos compostos ou estruturais, *nos quais os indivíduos são influenciados pelas características colectivas da sua vizinhança, e os modelos desenvolvidos sobre a desorganização social, stresse social, capital social e conceitos associados* (Shinn, 2007, 37). Nesta perspectiva, a mudança passa por uma melhor compreensão da teia das relações espaço temporais da realidade social contemporânea, pelo que qualquer mudança comunitária implica um cuidado especial com o trabalho multidisciplinar

realizado pelos agentes de intervenção que em tempo algum devem minimizar o capital humano e social existente, pois este constitui a força geradora da transformação individual e social.

A propósito da saúde mental das populações, que tanto tem sido ameaçada nos últimos tempos, os investigadores têm-se concentrado no conceito de *recovery* apresentado por Anthony (1993). Este autor procurou explicar a relevância de uma nova visão que tivesse por missão orientar a organização e o funcionamento dos serviços de saúde mental, desafiando a mudança dos seus valores, objectivos e práticas na direcção da maximização das oportunidades de *recovery*, de participação e integração comunitária com as pessoas com experiência de doença mental. Consideremos o conceito de *recovery* de forma abrangente, como *um processo profundamente pessoal, de redescoberta de um novo sentimento de identidade, de auto-determinação e fortalecimento pessoal para viver, participar e contribuir para a comunidade* (Duarte, 2007, 127), ou como *um processo, um desafio diário e uma reconquista da esperança, da confiança pessoal, da participação social e do controlo sobre as suas vidas* (128). Esta dinâmica dá a possibilidade de ter esperança e acreditar que é possível resolver os nossos problemas e apostar num futuro melhor, se estivermos disponíveis para promover oportunidades e processos de *recovery* das pessoas. Nesta linha, o *Empowerment Model of Recovery* proposto por Ahern & Fisher, no final da década de 90 concebe o aparecimento do *recovery* através *dum processo de fortalecimento pessoal, da assumpção do controlo das pessoas sobre as decisões importantes que afectam a sua vida e da participação na vida das suas comunidades, através da (re)aquisição de papéis sociais significativos ao nível do emprego, educação ou família.* (Duarte, 2007, 128). Vários foram os investigadores que contribuíram para o esclarecimento do processo em causa e ao focalizarem a sua atenção na variabilidade individual do processo esta trajetória levou-os a procurarem identificar dimensões comuns do *recovery*, como as que se seguem (Duarte, 2007):

a esperança em relação ao futuro e a determinação pessoal para com o processo de *recovery*;

adoptar estilos de vida saudáveis e aprender a gerir os sintomas e dificuldades;

vencer o estigma e estabelecer e diversificar as ligações e as relações sociais;

estabelecer objectivos pessoais e ter o apoio de outros que acreditam e não desistam deles;

readquirir papéis sociais valorizados e exercer cidadania;

empowerment em que o fortalecimento interno e a assumpção do controlo pela sua própria vida se combinam com actividades de ajuda-mútua, *advocacy* e de participação comunitária.

A complexidade e a diversidade individual do *recovery* situa-se nos processos de vinculação das pessoas às suas comunidades e na mudança social, dado que o seu dinamismo se circunscreve às componentes individuais e às influências a que está sujeito pelas características e oportunidades

dos contextos, pela qualidade das relações humanas e interações indivíduos-contextos envolventes.

Ao colocarmos este trabalho numa área da ciência preventiva podemos constatar que os desafios que têm sido colocados à Psicologia da Saúde colocam-na cada vez mais próxima da Psicologia Comunitária. A mudança perspectivada na sua dimensão positiva para além de subjectiva e individual, ela apresenta sempre a referencia a um grupo, a uma organização e a uma comunidade. O Desenvolvimento Comunitário passa por prestar mais atenção aos comportamentos humanos em contextos comunitários identificados, criando oportunidades favoráveis ao trabalho dos psicólogos, às sinergias dos profissionais implicados na transformação individual, de grupo e social (psicólogos, sociólogos, economistas, médicos, enfermeiros, assistentes sociais, animadores socioculturais, políticos, educadores, professores, jornalistas, legisladores), ao compromisso de mudança das populações e a possibilidades de empreendedorismo orientadas para o bem-estar e mudanças bem-sucedidas.

PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO NA COMUNIDADE

Ao considerarmos a possibilidade de mudança e as diligências para a sua concretização, ao centrarmo-nos nas características dos sujeitos e dos ambientes em que se movimentam, somos encaminados obrigatoriamente para o contexto do empreendedorismo e do seu grau de interferência na construção de uma sociedade que permita que os seus cidadãos criem e agarrem as oportunidades de saúde e de bem-estar para todos e reinventem as suas interrelações pessoais e sociais.

Nos anos 70, Symour Sarason apresentou o conceito de Sentimento Psicológico de Comunidade (SPC) como *a percepção de similaridade com os outros, uma reconhecida interdependência com os outros, uma vontade em manter essa interdependência dando ou fazendo pelos outros o que esperamos que nos façam a nós, o sentimento de que somos parte de uma grande e estável estrutura da qual podemos depender*. (Sarason, 1974, 157; cit. Amaro, 2007, 25). Segundo o autor e outros que o acompanharam mais tarde, como McMillan e Chavis nos anos 80, o SPC aplica-se a todos os tipos de comunidades (Comunidades Geográficas e Relacionais), compreendida cada uma delas como *um grupo de pessoas que partilham problemas, interesses, e recursos, que interagem uns com os outros, e que reconhecem que pertencem a uma comunidade*. (Amaro, 2007, 29). Já que é consensual, quer no nível geográfico, quer no relacional, a interferência de um forte SPC numa variedade de resultados positivos para indivíduos e comunidades, muitos são os estudos que destacaram as seguintes associações (Dalton *et al.*, 2007, cit. Amaro, 2007): (1) Comportamentos de vizinhança e trabalho em conjunto em projectos de vizinhança; (2) Participação em grupos de vizinhos e em instituições

religiosas; (2) Acreditar que trabalhar com os outros para a acção comunitária pode ser eficaz; (3) Votar em eleições, vizinhanças com elevados índices de votantes registados; (4) Resistência à opressão; (5) Ensino e aprendizagem cooperativa nas escolas; (5) Formação da identidade dos adolescentes; e (6) Bem-estar individual, saúde mental, e recuperação do abuso de substâncias. Considerando que o SPC também se encontra relacionado com o *Empowerment* e a Participação espera-se que a adopção destas dinâmicas marquem a diferença entre as comunidades. Já que a sua influência é marcante na construção de sociedades saudáveis, tem todo o interesse conhecer como são as suas associações e com quem são realizadas, para que através desta observação se identifiquem quais as orientações a serem seguidas e assim, por antecipação, possamos realizar acções de influências positivas, condutoras de boas condutas.

Partilhando da ideia de Sarason (1974) que o SPC é o cerne da Psicologia Comunitária, a intervenção ao nível da promoção do desenvolvimento comunitário só é possível quando se parte de uma orientação positiva da comunidade, que possibilite o fortalecimento de sentimentos de pertença e de referência, que sejam organizadores e dinamizadores das oportunidades de empreendedorismo, dando sentido e sentimento comunitário aos seus agentes de desenvolvimento e estimulando-os a realizarem um esforço para a tomada de consciência das potencialidades locais, aceitarem desafios inovadores e partirem na direcção de melhorar as condições de vida da comunidade, do seu espaço geográfico e cultural. Contudo, a viabilidade de uma mudança numa comunidade passa pela competência de saber empreender e concretizar com êxito o empreendimento.

Nos últimos tempos, as preocupações económicas e sociais da sociedade contemporânea apresentadas pelo estudiosos e políticos e divulgadas na primeira pessoa através do trabalho realizado pelos jornalistas, têm posto na ordem do dia um continuo e intenso debate de abordagens distintas sobre o tema do empreendedorismo que surge num campo de estudo multidisciplinar.

Lumpkin e Dess (1996, cit. Leiria, Palma & Cunha, 2006) partiram do modelo de Miller (1983) e identificaram cinco dimensões que caracterizam a orientação empreendedora de uma organização: *autonomia* (agir de modo independente e auto-orientado para explorar novas oportunidades), *inovação* (tendência para experimentar e implementar processos criativos que tragam novos produtos ou serviços e criem novas oportunidades organizacionais), *propensão para o risco* (vontade de aceitar o desafio do desconhecido), *proactividade* (actuar por antecipação a futuros problemas, necessidades ou mudanças) e *agressividade competitiva* (tendência de uma organização para desafiar a concorrência e alcançar vantagem).

Shane e Venkataraman (2000, cit. Leiria, Palma & Cunha, 2006,76) apresentaram uma definição deste conceito que tem obtido consenso e que compreende *o empreendedorismo com*

sendo a tentativa de criar valor através da descoberta e exploração de novas oportunidades de negócio. Assim sendo, a orientação empreendedora a ser dada aos profissionais, aos empresários ou aos agentes comunitários pode ser uma força geradora de riqueza e desenvolvimento comunitário pelo que deverá ser apresentada com conhecimento, de uma forma coerente, contextualizada e estimuladora para o empreendimento. O Presidente do INSCOOP Manuel Campos (2008, cit. Portela, 2008, 7) refere que *o empreendedorismo é uma manifestação de liberdade e de responsabilidade dos indivíduos na resposta às suas necessidades, mas é simultaneamente um factor de promoção humana para além de um instrumento de criação de riqueza.* Segundo o autor o empreendedorismo não pode ser reduzido a um instrumento económico, já que, não só se constitui como uma força de promoção humana e de coesão social, como também é facilitador da tomada de consciência da dignidade humana e da melhoria da qualidade de vida dos homens e mulheres de uma comunidade.

De uma maneira geral podemos dizer que o empreendedorismo implica a conjugação articulada da tomada de decisão ou acção de *empreender*, do agente activo *empreendedor* e do acto do *empreendimento*. Para melhor compreender o fenómeno em causa é de toda a conveniência centrar a nossa atenção a vários níveis: no *empreendedor*, pois são múltiplas as visões que os autores dão sobre ele; no *empreendedorismo social*, porque a em Portugal a experiência é rica mas ainda é pobre; no *microempreendedorismo e microcrédito*, porque é um instrumento importante nas comunidades pobres; e no *empreendedorismo feminino*, porque existem estereótipos associados à acção empreendedora da mulher que levam a práticas de discriminação. Relativamente à diversidade de perspectivas dos autores sobre quem é o agente do Empreendedorismo, Portela *et al.* (2008) agrupou-as, acabando por caracterizar o empreendedor como alguém que: (1) é capaz de ter arrojo, gerir bem negócios e assumir riscos; (2) detecta oportunidades e introduz inovações destruidoras e criadoras; (3) tira proveito de uma informação, cuja distribuição é imperfeita; (4) explora a mudança, vendo oportunidades onde outros vêem problemas; (5) detecta oportunidades para lá dos recursos disponíveis; (6) se apresenta como *homo economicus* singularmente dotado; (7) se mostra como praticante de uma gestão extraordinária; e (8) se apresenta como fundador de novas organizações, quer por oportunidade, quer por necessidade. Ao focalizarmos a manifestação do empreendedorismo associada à decisão e acção empreendedora de qualquer indivíduo contextualizado num espaço e tempo identificados, parece ser importante, se quisermos apostar no desenvolvimento comunitário, apostar na promoção do empreendedorismo através de programas que facultem a informação, estimulem a inovação e o desenvolvimento de competências transversais (confiança em si, auto-motivação, auto-controlo, persistência, resiliência, determinação, iniciativa, *coping*

com o risco, solidariedade, esforço e sentido de responsabilidade, atitude empreendedora, conhecimento, entre outras).

Efectivamente, na observação da literatura sobre o empreendedorismo os autores têm mostrado duas preferências, uns sobre as características do empreendedor, outros sobre a envolvente externa e a influência que o ambiente exerce sobre o ciclo de vida da organização e têm descuidado a dinâmica que se estabelece no seio da própria organização empreendedora (Leiria, Palma & Cunha, 2006). Se considerarmos que o ambiente, em particular a qualidade das relações interindividuais, influencia o estímulo ao empreendedorismo, este surge como catalisador da mudança, da qualidade de vida e da prosperidade económica e de bem-estar comunitário. Por conseguinte, passa a ser uma prioridade do desenvolvimento comunitário, criar ambientes de empreendedorismo, comunidades empreendedoras, ora tal só é possível através da formação de agentes comunitários empreendedores que actuem como promotores da mudança, que tenham competências para inovar, acelerar a criação, a disseminação e aplicação das ideias inovadoras com êxito.

EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE

Hoje falamos de uma sociedade que vive sobre o barómetro da economia e observamos os seus resultados nas vidas das pessoas, em particular das novas gerações cujo futuro cada vez parece mais nebuloso. Temos também a confirmação prática da afirmação da OCDE de que os países mais desenvolvidos são aqueles que optaram já há algum tempo por uma economia baseada no conhecimento. Conforme Godinho (2007, 242) refere, *Apesar da continuada relevância do acesso a matérias-primas essenciais, designadamente ao petróleo, e também do enorme peso que a esfera financeira continua a ter no funcionamento dos sistemas económicos, é hoje claro que a fonte principal de avanços económicos e da preservação sustentada das posições competitivas das empresas e das nações é o conhecimento.* Neste contexto, o desempenho inovador da economia é geralmente perspectivado através de três vertentes: (1) das dinâmicas de inovação que dependem dos restantes actores e mercados que influenciam a produção e afectação de recursos fundamentais (trabalho, capital, conhecimento); (2) das instituições que condicionam os comportamentos dos indivíduos e das organizações; (3) da capacidade de o sistema ter uma capacidade de aprendizagem e acumulação de conhecimento auto-sustentada. Mas, se as dinâmicas de inovação dependem de factores diversos a serem identificados, qual é de facto a sua origem mais simples? As atitudes empreendedoras e os desempenhos cognitivos têm início e desenvolvem-se, em particular, no terreno educativo. Concentremo-nos então na Escola, enquanto espaço e tempo de conhecimento e gerador deste, e na força activa que pode ser desencadeada pela formação dos seus alunos, desde o pré-escolar ao ensino superior e ao

longo da vida, no que diz respeito ao incremento do empreendedorismo e da sustentabilidade. Nesta perspectiva está implícita não só mais uma nova maneira de pensar o ensino, o conhecimento e a aprendizagem mas também, a existência de uma formação dos agentes educativos ao longo da vida, isto é, espera-se que os professores se preparem e se sintam competentes para orientar os seus alunos no sentido do empreendedorismo e da sustentabilidade.

Uma atitude empreendedora constrói-se em ambientes que estimulam à aprendizagem activa, à autonomia, à crítica construtiva, à prática, à investigação, à produção de conhecimento e através da partilha de experiências e iniciativas que contribuam para o desenvolvimento de competências transversais de auto-confiança, auto-motivação, criatividade, inovação, sentido de responsabilidade, solidariedade, espírito de iniciativa, perseverança e determinação.

Em Portugal, a Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular considera relevante a promoção de iniciativas que criem um espírito empreendedor nas escolas, que apoiem o desenvolvimento das competências dos alunos e o seu sucesso escolar e que contribuam para a cooperação, a equidade e a qualidade das aprendizagens. O Projecto Nacional de Educação para o Empreendedorismo, promovido pelo Ministério da Educação, através da Direcção de Inovação e de Desenvolvimento Curricular constitui-se como um desafio à comunidade educativa para que a escola do nosso tempo agarre as oportunidades e desenvolva iniciativas que conduzam à criação de competências e atitudes que permitam a acção de empreender; entendida aqui, como a capacidade de compreender a realidade envolvente enquanto um conjunto de oportunidades de mudança e conseguir arranjar o desejo, a persistência e a energia para a produzir.

SÍNTESE CONCLUSIVA

A promoção de uma cultura mais empreendedora só é possível se a escola se implicar e preparar as novas gerações para a valorização do conhecimento e da inovação. As orientações a serem dadas para que se possa manter a rota da energia do empreendedorismo implicam o desenvolvimento de um conjunto multidisciplinar e transversal de competências (conhecimentos, capacidades e atitudes) do foro pessoal, académico, profissional e social. Ao longo deste trabalho procuramos mostrar como podemos articular o desenvolvimento comunitário com o dinamismo do empreendedorismo, contando para isso com os contributos dados pela teoria e a prática da Psicologia da Saúde, da Psicologia Positiva e da Psicologia Comunitária. A diversidade do comportamento humano, a transformação social constante e a necessidade de intervenção junto das organizações e comunidades levam-nos a recorrer à gestão do capital psicológico positivo, à construção das melhores qualidades de vida e à promoção do

empowerment, do *recovery* mental e social e do sentimento psicológico da comunidade. Nesta perspectiva, um desenvolvimento comunitário que vise o empreendimento com sucesso, apresentar-se-á como um meio para criar valor, assim, passa não só pela procura de novas oportunidades de negócio mas também, pelo incentivo ao empreendedorismo comunitário, compreendido no individual, no grupo e no social, na saúde e na doença, na procura de bem-estar comunitário, e pela formação de profissionais inovadores e cidadãos responsáveis e empreendedores ao longo da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARO, J. (2007). Sentimento Psicológico de Comunidade: Uma revisão. *Análise Psicológica*, 1, (XXV): 25-33
- ANTHONY, W. (1993). Recovery from mental illness: the guiding vision of the mental health service system in the 1990s. *Psychosocial Rehabilitation Journal*, 16 (4), 11-24.
- DUARTE, T. (2007). *Recovery* da doença mental: uma visão para os sistemas e serviços de saúde mental. *Análise Psicológica*, 1 (XXV): 127-133
- FARIA, M.C. (2000). *Comunicação e Bem-Estar no limiar do século XXI. Conhecer através da Relação e orientar para a Saúde*. Coimbra. Tese de Doutoramento em Psicologia (Psicologia da Saúde), Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra. (n.p.)
- FERRINHO, P. & GONÇALES, A. (1997). Desenvolvimento Comunitário e reabilitação na comunidade. *Análise Psicológica*. 3 (XV): 443-448.
- GODINHO, M. (2007). Indicadores de C&T, inovação e conhecimento: onde estamos? Para onde vamos? *Análise Social*, vol. XLII (182), 239-274.
- LEIRIA, A., PALMA, C. & CUNHA, M. (2006). O contrato psicológico em organizações empreendedoras: Perspectivas do empreendedor e da equipa. *Comportamento Organizacional e Gestão*, Vol. 12, Nº 1, 67-94.
- LEITE, A., PAÚL, C., & SEQUEIROS, J. (2002). O Bem-Estar Psicológico em indivíduos de risco para doenças neurológicas hereditárias de aparecimento tardio e controlos. *PSICOLOGIA, SAÚDE & DOENÇAS*. 3 (2), 113-118
- ORNELAS, J. & MONIZ, M. (2007). Parcerias comunitárias e intervenção preventiva. *Análise Psicológica*, 1 (XXV): 153-158.
- ORNELAS, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século.
- PORTELA, J. (Cord.) (2008). *Microempreendedorismo em Portugal. Experiências e Perspectivas*. (pp. 5-59). Lisboa: GRECA- Artes Gráficas.

RIBEIRO, J. (2004). Avaliação das intenções comportamentais relacionadas com a promoção e protecção da saúde e com a prevenção das doenças. *Análise Psicológica*, 2 (XXII): 387-397

SARASON, S. (1974). *The psychological sense of community: Prospects for community psychology*. San Francisco: Jossey-Bass

SHINN, M. (2007). Contextos comunitários favoráveis ao bem-estar. *Análise Psicológica*, 1 (XXV): 35-61.

TEIXEIRA, J. (2004). Psicologia da Saúde. *Análise Psicológica*, 3 (XXII): 441-448